



Ano2 | # 3 | edição bimestral | maio e junho de 2009

Revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom

## Pensando o jornalismo numa perspectiva luso-brasileira

SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia. Perspectivas luso brasileiras.** Porto, Portugal: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. 391p.

ISBN: 989-643-000-4

Francisco de Assis<sup>1</sup>

Brasil e Portugal têm muitas coisas em comum. Tradições, costumes, suas próprias histórias e outras características naturais a duas nações que, durante muito tempo, ocupavam os lugares de colônia e de metrópole na organização social vigente no território demarcado pelo Tratado de Tordesilhas. Mas um item é fundamental para pensar a relação entre as duas terras: a língua portuguesa. Língua, essa, muitas vezes renegada dentro dos ambientes acadêmicos, que valorizam em demasia as referências anglófonas, em detrimento do conhecimento puramente nacional. Porém, nem tudo está perdido, como prova a iniciativa de pesquisadores brasileiros e portugueses que uniram esforços para esboçar um amplo panorama evolutivo das teorias do jornalismo e cujo teor está registrado no livro *Jornalismo: história, teoria e metodologia. Perspectivas luso brasileiras*, publicado em 2008, pelas Edições Universidade Fernando Pessoa.

O organizador, Jorge Pedro Sousa, docente vinculado à universidade editora do volume, é figura conhecida da comunidade científica da comunicação no Brasil. Frequentador assíduo de congressos promovidos no país, especialmente os da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), o professor é doutor e mestre em Ciências da Informação pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e conquistou, recentemente, o título de Livre-Docente.

---

<sup>1</sup> Jornalista, especialista em Jornalismo Cultural e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

Para cumprir a tarefa de expor os percursos do pensamento jornalísticos nos dois países, Sousa contou com a participação de outros dez pesquisadores, sendo quatro portugueses (Carlos Duarte, Gabriel Silva, João Carlos Correia e Nair Silva) e seis brasileiros (Aline Stelow, Antonio Hohlfeldt, Eduardo Meditsch, Felipe Pena, José Marques de Melo e Marialva Barbosa). Todos eles, individualmente ou em grupo, trabalharam em cima de suas respectivas linhas de pesquisa, às quais se dedicam há bom tempo, deixando transparecer, em seus textos, as marcas de conhecimento aprofundado sobre o assunto.

A coletânea é formada por onze capítulos densos e fundamentais para a compreensão do universo em questão. Sua organização se dá de modo lógico: inicia questionando a característica científica do fenômeno (no caso, o jornalismo); se desenvolve a partir do resgate de momentos históricos significativos para a compreensão da área e da teoria formulada em torno de suas manifestações; e, por fim, termina identificando possibilidades metodológicas para trabalhos acadêmicos inseridos nesse eixo.

Embora os dois países contemplados pela publicação tenham pontos em comum, não se pode negar que os processos de formação de ambos são marcados por acontecimentos distintos. Por isso, a teoria do jornalismo, no ambiente luso-brasileiro, é observada como conjectura convergente, mas, ao mesmo tempo, dupla: de um lado, há o debate que se ocupa da teoria e da história formulada e formada em um país que apresenta sinais de civilização desde a Idade Média e que até hoje mantém viva uma das universidades mais antigas da Europa; de outro lado, há os que abracem a causa de um país que, somente em 2008, celebrou o bicentenário de sua imprensa e que ainda vai esperar mais 26 anos para comemorar o centenário de fundação de sua primeira universidade. Pensar a respeito desse cenário, portanto, é enxergar pontos em comum num mapa com diferentes caminhos.

Também é indiscutível que os pontos de vista sejam plurais. A origem da reflexão crítica em torno do jornalismo no Brasil, por exemplo, é identificada de maneiras opostas por Felipe Pena e por José Marques de Melo, em seus respectivos textos. O primeiro deles identifica no trabalho desenvolvido pelo professor Marques de Melo, a partir da década de 1970, na Universidade de São Paulo (USP), o marco referencial do pensamento jornalístico brasileiro, muito embora reconheça que outros pioneiros – como Luiz Beltrão, Danton Jobim e Barbosa Lima Sobrinho (para ser fiel aos nomes citados por ele) – ofereceram pistas para o início desse trabalho intelectual. Já o outro pesquisador, amparado em ampla observação realizada anos a fio, junto a diferentes fontes, confere a Hipólito da Costa, editor do primeiro jornal brasileiro – *Correio Braziliense* – e patrono oficial da imprensa do país, a responsabilidade pelas primeiras teorizações dessa natureza.

Apenas para complementar a última colocação, um aspecto importante a ser destacado sobre o capítulo escrito por Pena é seu trabalho de garimpagem de 282 obras que contêm discussões teóricas sobre o jornalismo brasileiro. Divididas em oito categorias e apresentadas a partir de marcos temporais que vão da década de 1950 até os anos 2000, elas ilustram a evolução desse pensamento, marcado, num primeiro momento, pela preocupação em organizar idéias a respeito dos aspectos (técnicos, filosóficos,

ideológicos...) que norteiam a profissão e, mais recentemente, alinhado às exigências provocadas pelas novas tecnologias.

Com relação às considerações sobre o panorama de Portugal, é importante dizer que a maior parte delas é de autoria do próprio professor Jorge Pedro Sousa. A bem da verdade, seu trabalho não se limita exclusivamente ao seu país de origem, mas inclui interessante abordagem sobre o itinerário do jornalismo no Ocidente. Nessa parte, ele sai na defesa de que o jornalismo teve início muito antes de Gutenberg e destaca a relação da historiografia nesse processo – observando, por exemplo, que na *História*, de Heródoto, há marcas de estilo bem próximos ao jornalístico –, bem como identifica as actas romanas como os primeiros “jornais” de que se tem notícia.

No que diz respeito à história lusitana, não restam dúvidas de que a Revolução dos Cravos – golpe de estado militar ocorrido em 25 de abril de 1974 e que derrubou, num só dia, o regime político autoritário que vigorava em desde 1926 – constitui-se como divisor de águas na trajetória do jornalismo do país. E essa asserção corresponde ao fato de que o “25 de abril” – como é identificado por João Carlos Correia – concedeu ao Estado português o direito à liberdade de imprensa e possibilitou que o país acompanhasse as transformações midiáticas provocadas no mundo inteiro.

Nessa perspectiva além-mar, vale observar que alguns textos, mas especialmente o capítulo “Pesquisa e reflexão sobre o jornalismo: até 1950... e depois”, indicam como os referenciais hegemônicos vêm sendo retrabalhos e interpretados pelos acadêmicos portugueses. Só para exemplificar, ao mostrar a essência obra de autores como o alemão Max Weber, que compreendia a imprensa como instituição social, ou o norte-americano Robert Park, uma dos pioneiros dos estudos sobre opinião pública, os textos situam o leitor no espaço e no tempo, além de mostrar visões atualizadas sobre os cânones da comunicação e do jornalismo.

Ainda é bom dar ênfase aos capítulos que dão início e que encerram a antologia, duas valiosas contribuições. O primeiro, de Eduardo Meditsch, persegue respostas para duas questões certamente levantadas por muitos pesquisadores da área: jornalismo é forma de conhecimento? Jornalismo transmite ou degrada saberes? A articulação de suas idéias ampara-se na premissa hipotética de que o poder do jornalismo encontra-se tanto na reprodução quanto na degradação de alguns saberes. Respaldado teoricamente, principalmente pela percepção das áreas do conhecimento recentemente emergentes, o pesquisador responde que a atividade profissional pode, sim, ser considerada como meio de conhecimento, e vai além: observa, nessa mudança de posicionamento – que tira o jornalismo do posto único de transmissão de idéias –, fortes argumentos para a exigência de conteúdos midiáticos com mais qualidade.

O texto que finaliza o livro, assinado por Antonio Hohlfeldt e Aline Stelow, traça um panorama da produção de 21 programas de pós-graduação em Comunicação Social existentes no Brasil, a fim de avaliar os procedimentos metodológicos regularmente pelos mestres e doutores formados de 1998 a 2007. Os resultados do levantamento feito

pelos dois pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) apontam para uma forte predominância das análises do discurso e de conteúdo, bem como da utilização da técnica da entrevista, do método comparativo e do estudo de caso. Ponto interessante do texto é que os métodos e as técnicas utilizadas regularmente nos trabalhos de mestrado e doutorado não só são identificados, como também são explicados, um por um, possibilitando uma compreensão panorâmica da caracterização de todos eles e das suas possibilidades de aplicação.

Jorge Pedro Sousa acertou em cheio no título de sua apresentação: “Um livro para ser útil”. De fato, *Jornalismo: história, teoria e metodologia. Perspectivas luso brasileiras* deve ser útil a pesquisadores, professores, alunos e profissionais. É convite para contemplar uma visão bilateral dos acontecimentos que afetaram e afetam o desenvolvimento do jornalismo no Brasil e em Portugal, principalmente em sua dimensão acadêmica. Por isso mesmo, uma obra que pode ajudar na introdução ao tema e no desenvolvimento de novas pesquisas que valorizem a produção intelectual de língua portuguesa.

